

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

Demonstrativo Financeiro

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS	173
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATO	175
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	176
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	177
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	178
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	179
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	180
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	202
PARECER DO CONSELHO FISCAL	203

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017		2016
		Controladora	Consolidado	Controladora
Ativo circulante				
Disponível.....	4	99.883	104.965	146.560
Realizável.....		913.377	920.360	584.576
Aplicações Financeiras.....	5	568.320	568.320	323.606
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	14.e	173.615	173.615	63.795
Aplicações Livres.....		394.705	394.705	259.811
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	6	97.139	97.132	80.682
Contraprestação Pecuniária a Receber.....		53.163	53.162	41.758
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....		192	192	179
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....		43.784	43.778	38.745
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com PSO.....	7	112.048	117.717	107.875
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8	84.216	84.249	23.382
Bens e Títulos a Receber (i).....	9	25.334	26.622	25.060
Despesas Antecipadas.....		2.269	2.269	2.033
Conta-corrente com Cooperados.....	10	24.051	24.051	21.938
Total do ativo circulante.....		1.013.260	1.025.325	731.136
Ativo não circulante				
Realizável a Longo Prazo.....		798.171	798.276	619.237
Aplicações Financeiras.....	5	425.757	425.757	333.097
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	14.e	346.734	346.734	274.901
Aplicações Livres.....		79.023	79.023	58.196
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8	6.843	6.843	10.894
Títulos e Créditos a Receber.....	9	2.419	2.521	4.705
Ativo Fiscal Diferido.....	19.b	62.454	62.454	58.403
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	17	287.660	287.663	202.388
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo.....		13.038	13.038	9.750
Investimentos.....	11	199.370	157.959	195.036
Participações Societárias - Rede Hospitalar.....		41.417	-	88.000
Outros Investimentos.....		157.953	157.959	107.036
Imobilizado.....	12	785.510	799.068	680.485
Imóveis de Uso Próprio.....		616.829	625.892	557.162
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares.....		279.858	288.921	235.647
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares.....		336.971	336.971	321.515
Imobilizado de Uso Próprio.....		83.480	85.173	74.768
Bens Móveis - Hospitalares.....		36.105	37.798	30.383
Bens Móveis - Não Hospitalares.....		47.375	47.375	44.385
Imobilizações em Curso.....		83.953	86.755	43.684
Outras Imobilizações.....		1.248	1.248	4.871
Intangível.....	13	27.224	47.062	20.904
Total do ativo não circulante.....		1.810.275	1.802.365	1.515.662
Total do ativo.....		2.823.535	2.827.690	2.246.798

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017		2016
		Controladora	Consolidado	Controladora
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo Circulante				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	14	392.739	391.237	333.556
Provisão para Remissão.....		8.203	8.203	6.881
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		84.336	84.336	93.109
Outras Provisões Técnicas.....		15.209	15.209	-
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde.....		191.455	189.953	158.489
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.....		93.536	93.536	75.077
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		17.433	17.433	20.831
Contraprestações a Restituir		96	96	47
Receita Antecipada de Contraprestações		11.339	11.339	12.671
Comercialização sobre Operações.....		1.241	1.241	196
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		4.529	4.529	4.331
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		228	228	3.586
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.....		48.195	47.926	47.184
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	103.770	104.777	94.734
Tributos e Contribuições.....		103.770	104.777	94.734
Empréstimos e Financiamentos a Pagar.....	16	31.144	31.144	31.393
Débitos Diversos		84.352	86.616	55.396
Conta-Corrente de Cooperados.....	10	1.173	1.173	1.615
Total do passivo circulante.....		678.806	680.306	584.709
Passivo Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	14	226.297	226.297	45.131
Provisão para Remissão.....		13.752	13.752	11.556
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		86.019	86.019	33.575
Outras Provisões Técnicas		126.526	126.526	-
Provisões Judiciais	17	249.361	250.912	228.586
Provisão para contingência.....		249.361	250.912	228.586
Tributos e Contribuições a Recolher	15	-	1.104	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar.....	16	77.050	77.050	107.871
Débitos Diversos.....		2.223	2.223	3.077
Total do passivo não circulante.....		554.931	557.586	384.665
Patrimônio líquido				
Capital Social	18	575.970	575.970	524.639
Reservas.....		961.115	961.115	656.504
Reservas de Reavaliação		23.680	23.680	24.201
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		937.435	937.435	632.303
Lucros (Superávits) ou Prejuízos (Déficits) Acumulados ou Resultado.....		52.713	52.713	96.281
Total do patrimônio líquido.....	18	1.589.798	1.589.798	1.277.424
Total do passivo e do patrimônio líquido.....		2.823.535	2.827.690	2.246.798

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017								2016			
		Controladora				Consolidado				Controladora			
		Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total
		Principais	Auxiliares	Principais		Auxiliares	Principais	Auxiliares					
Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)		
Contraprestações Efetivas de Operações com Plano de Assistência à Saúde.....	21	1.905.336	1.373.651	58.826	3.337.813	1.905.336	1.373.651	58.826	3.337.813	1.767.739	1.235.364	54.299	3.057.402
Receitas com Operação de Assistência à Saúde.....		1.942.630	1.426.502	64.965	3.434.097	1.942.630	1.426.502	64.965	3.434.097	1.797.076	1.283.681	58.147	3.138.904
Contraprestações Líquidas.....		2.022.524	1.489.278	67.548	3.579.350	2.022.524	1.489.278	67.548	3.579.350	1.798.452	1.284.716	58.189	3.141.357
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....		(79.894)	(62.776)	(2.583)	(145.253)	(79.894)	(62.776)	(2.583)	(145.253)	(1.376)	(1.035)	(42)	(2.453)
(-) Tributos Diretos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde da Operadora.....		(37.294)	(52.851)	(6.139)	(96.284)	(37.294)	(52.851)	(6.139)	(96.284)	(29.337)	(48.317)	(3.848)	(81.502)
Eventos Indenizáveis Líquidos.....	22	(1.532.686)	(1.098.753)	(81.381)	(2.712.820)	(1.532.686)	(1.098.753)	(63.614)	(2.695.053)	(1.329.568)	(926.511)	(61.428)	(2.317.507)
Eventos Conhecidos ou Avisados.....		(1.523.607)	(1.090.094)	(80.660)	(2.694.361)	(1.523.607)	(1.090.094)	(62.893)	(2.676.594)	(1.332.315)	(927.938)	(61.789)	(2.322.042)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.....		(9.079)	(8.659)	(721)	(18.459)	(9.079)	(8.659)	(721)	(18.459)	2.747	1.427	361	4.535
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	23	372.650	274.898	(22.555)	624.993	372.650	274.898	(4.788)	642.760	438.171	308.853	(7.129)	739.895
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde.....		1.003	742	34	1.779	1.003	742	34	1.779	1.001	720	33	1.754
Receitas Assistência a Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora.....		297.157	385.659	83.795	766.611	297.157	385.659	111.540	794.356	270.688	339.920	20.713	631.321
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar.....		6.227	15.319	908	22.454	6.227	15.319	27.041	48.587	4.762	14.018	647	19.427
Receitas com Intercâmbio Eventual.....		265.028	351.991	11.866	628.885	265.028	351.991	11.866	628.885	246.067	309.983	12.274	568.324
Outras Receitas Operacionais.....		25.902	18.349	71.021	115.272	25.902	18.349	72.633	116.884	19.859	15.919	7.792	43.570
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde.....		(7.764)	(4.666)	(371)	(12.801)	(7.764)	(4.666)	(3.303)	(15.733)	(7.285)	(4.969)	(353)	(12.607)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde.....		(81.481)	(37.382)	(1.742)	(120.605)	(81.481)	(37.382)	(1.742)	(120.605)	(122.775)	(58.069)	(13.060)	(193.904)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.....		(69.714)	(22.897)	(978)	(93.589)	(69.714)	(22.897)	(978)	(93.589)	(96.105)	(34.752)	(12.119)	(142.976)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças.....		(9.884)	(7.374)	(318)	(17.576)	(9.884)	(7.374)	(318)	(17.576)	(14.130)	(10.124)	(458)	(24.712)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde.....		7.312	-	-	7.312	7.312	-	-	7.312	5.612	-	-	5.612
Provisão para Perdas Sobre Créditos.....		(9.195)	(7.111)	(446)	(16.752)	(9.195)	(7.111)	(446)	(16.752)	(18.152)	(13.193)	(483)	(31.828)
Outras Despesas Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora.....		(226.371)	(323.187)	(7.989)	(557.547)	(226.371)	(323.187)	(20.907)	(570.465)	(209.973)	(290.594)	(8.515)	(509.082)
Resultado Bruto.....		355.194	296.064	51.172	702.430	355.194	296.064	80.834	732.092	369.827	295.861	(8.311)	657.377
Despesas de comercialização.....		(19.169)	(14.229)	(645)	(34.043)	(19.169)	(14.229)	(645)	(34.043)	(15.335)	(11.043)	(490)	(26.868)
Despesas administrativas.....	24	(209.936)	(139.560)	(10.540)	(360.036)	(209.936)	(139.560)	(32.355)	(381.851)	(180.880)	(117.518)	(8.362)	(306.760)
Resultado Financeiro Líquido.....	25	(57.658)	3.838	137.050	83.230	(57.658)	3.838	137.077	83.257	(55.367)	661	102.803	48.097
Receitas Financeiras.....		18.256	13.229	146.186	177.671	18.256	13.229	146.420	177.905	15.670	10.485	109.312	135.467
Despesas Financeiras.....		(75.914)	(9.391)	(9.136)	(94.441)	(75.914)	(9.391)	(9.343)	(94.648)	(71.037)	(9.824)	(6.509)	(87.370)
Resultado Patrimonial.....		(1.328)	(805)	45.469	43.336	(1.328)	(805)	39.551	37.418	(692)	(884)	4.993	3.417
Receitas Patrimoniais.....		1.974	1.028	45.723	48.725	1.974	1.028	39.805	42.807	993	358	5.040	6.391
Despesas Patrimoniais.....		(3.302)	(1.833)	(254)	(5.389)	(3.302)	(1.833)	(254)	(5.389)	(1.685)	(1.242)	(47)	(2.974)
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....		67.103	145.308	222.506	434.917	67.103	145.308	224.462	436.873	117.553	167.077	90.633	375.263
Imposto de renda.....	19	-	(32.227)	(41.787)	(74.014)	-	(32.227)	(43.103)	(75.330)	-	(36.984)	(20.061)	(57.045)
Contribuição social.....	19	-	(14.460)	(18.749)	(33.209)	-	(14.460)	(19.389)	(33.849)	-	(17.022)	(9.233)	(26.255)
Impostos Diferidos.....	19	-	1.792	2.323	4.115	-	1.792	2.323	4.115	-	7942	4.308	12.250
Participação nas sobras.....		(5.087)	(3.771)	(168)	(9.026)	(5.087)	(3.771)	(168)	(9.026)	(4.282)	(3.070)	(140)	(7.492)
Resultado Líquido.....		62.016	96.642	164.125	322.783	62.016	96.642	164.125	322.783	113.271	117.943	65.507	296.721

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017				2016			
	Atos Cooperativos		Ato não cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato não cooperativo	Total
	Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares		
Sobras líquida.....	62.016	96.642	164.125	322.783	113.271	117.943	65.507	296.721
Resultados abrangentes								
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total.....	62.016	96.642	164.125	322.783	113.271	117.973	65.507	296.721

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Fates	Reserva pró-família	Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2015.....	475.222	35.402	383.189	70.362	24.498	-	988.673
Aumento de Capital.....	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital com Juros de Capital Próprio.....	48.448	-	-	-	-	-	48.448
Integralização de capital com entrada de novos cooperados.....	8.623	-	-	-	-	-	8.623
Devolução de capital.....	(7.654)	-	-	-	-	-	(7.654)
Reservas							
Doação Recebida.....	-	2	-	-	-	-	2
Pagamento de benefícios do fundo pró-família.....	-	-	-	(1.842)	-	-	(1.842)
Utilização do Fates.....	-	-	(55.598)	-	-	-	(55.598)
Resultado Abrangente Total							
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(393)	393	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação							
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	45	(45)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	51	-	51
Sobra líquida do exercício.....	-	-	-	-	-	296.721	296.721
Distribuição das sobras de 2015							
Constituição dos fundos obrigatórios.....	-	11.327	189.461	-	-	(200.788)	-
Saldos em 31 de dezembro 2016.....	524.639	46.731	517.052	68.520	24.201	96.281	1.277.424
Aumento de Capital.....							
Integralização de capital com Juros de Capital Próprio.....	53.264	-	-	-	-	-	53.264
Integralização de capital com entrada de novos cooperados.....	11.106	-	-	-	-	-	11.106
Devolução de capital.....	(13.039)	-	-	-	-	-	(13.039)
Reservas							
Pagamento de benefícios do fundo pró-família.....	-	-	-	(6.237)	-	-	(6.237)
Utilização do Fates.....	-	-	(55.439)	-	-	-	(55.439)
Resultado Abrangente Total							
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(521)	521	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação							
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	64	(64)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação.....	-	-	-	-	(64)	-	(64)
Sobra líquida do exercício.....	-	-	-	-	-	322.783	322.783
Distribuição das sobras de 2016							
Aporte no Fundo pró-família.....	-	-	-	96.281	-	(96.281)	-
Distribuição das sobras de 2017							
Constituição dos fundos obrigatórios.....	-	6.201	264.326	-	-	(270.527)	-
Saldos em 31 de dezembro 2017.....	575.970	52.932	725.939	158.564	23.680	52.713	1.589.798

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017		2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos.....	425.891	427.847	367.771
Ajustes ao Resultado:			
Atividades operacionais:			
Provisões de contingências.....	14.218	21.087	25.716
Variações monetárias líquidas de longo prazo.....	(100.580)	(100.580)	(85.241)
Equivalência patrimonial.....	(39.997)	(34.079)	-
Depreciações e amortizações.....	29.258	29.725	22.150
Baixa do ativo não circulante.....	6.231	6.231	2.846
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	207.383	241.851	16.151
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(3.186)	(2.729)	15.840
Juros sobre o capital social.....	53.264	53.264	48.448
Provisão para participação nos resultados.....	9.026	9.026	7.492
Provisão para Perda de Investimento.....	242	242	-
Aumento de Investimento por Incorporação de Sobras.....	(2.675)	(2.675)	(1.161)
	599.075	649.210	420.012
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	(18.842)	(18.842)	(11.993)
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora.....	222	(2.681)	(25.647)
Créditos Tributário e Previdenciário.....	(56.784)	(56.804)	(5.149)
Bens e Títulos a Receber.....	572	(336)	2.771
Despesas antecipadas.....	(236)	(236)	1.036
Conta-corrente de Cooperados.....	(2.113)	(2.113)	(2.592)
Títulos e Créditos a Receber.....	2.618	2.625	1.093
Depósitos judiciais e fiscais.....	(83.205)	(83.197)	(47.650)
Outros Créditos a Receber.....	(3.288)	(3.288)	(4.425)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde.....	32.966	(1.502)	13.050
Contraprestações a Restituir.....	49	49	(26)
Receita Antecipada de Contraprestações.....	(1.332)	(1.332)	(3.868)
Comercialização sobre Operações.....	1.045	1.045	174
Débitos de Operações Assistência à Saúde.....	(3.358)	(3.358)	3.586
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.....	198	198	115
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacionados com OPS.....	1.011	1.011	8.557
Débitos diversos.....	19.076	19.466	(12.711)
Conta-corrente cooperados.....	(442)	(442)	306
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(98.187)	19.462	(77.993)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	389.045	398.728	258.646
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Ingressos) / resgates de aplicações financeiras.....	(238.540)	(238.540)	61.505
Aquisição de Investimentos.....	(14.405)	38.096	(104.998)
Aquisição de ativo imobilizado.....	(79.024)	(133.419)	(15.963)
Capitalização de juros.....	-	-	(238)
Aquisição de ativo intangível.....	(9.074)	(14.018)	(3.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(341.043)	(347.881)	(63.406)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e Financiamentos a Pagar			
Pagamento de Financiamento.....	(31.070)	(31.070)	(45.145)
Aumento de capital.....	11.106	11.106	8.623
Pagamento fundo pró-família.....	(6.237)	(6.237)	(1.842)
Devolução de capital.....	(13.039)	(13.039)	(7.654)
Utilização de Fundos.....	(55.439)	(55.439)	(55.598)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....	(94.679)	(94.679)	(101.616)
Aumento líquido do saldo de disponibilidades.....	(46.677)	(43.832)	93.624
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	146.560	148.797	52.936
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	99.883	104.965	146.560

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Contraprestações	4.266.449	4.293.528	3.759.506
Contraprestações Líquidas.....	3.579.350	3.579.350	3.141.357
Outras Receitas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS.....	763.932	791.011	629.876
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	65.233	65.233	6.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	3.186	3.186	(15.840)
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	(145.252)	(145.252)	(2.453)
Eventos indenizáveis	(3.495.459)	(3.495.636)	(3.017.251)
Eventos Indenizáveis Líquidos.....	(2.580.996)	(2.563.229)	(2.272.820)
Outras Despesas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS.....	(557.547)	(570.465)	(509.082)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(267.116)	(272.142)	(168.793)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.....	(18.460)	(18.460)	4.535
Outros.....	(71.340)	(71.340)	(71.091)
Valor adicionado bruto	770.990	797.892	742.255
Retenções	(29.258)	(29.725)	(22.150)
Depreciação, amortização.....	(29.258)	(29.725)	(22.150)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	741.732	768.167	720.105
Valor adicionado recebido em transferência	227.840	222.822	143.330
Receitas financeiras.....	177.672	177.906	135.467
Outras receitas.....	50.168	44.916	7.863
Valor adicionado total a distribuir	969.572	990.989	863.435
Distribuição do valor adicionado	(969.572)	(990.989)	(863.435)
Pessoal:.....	(258.481)	(271.375)	(256.047)
Remuneração direta.....	(204.228)	(214.727)	(205.022)
Benefícios.....	(37.811)	(39.317)	(34.002)
FGTS.....	(16.442)	(17.331)	(17.023)
Impostos, taxas e contribuições:.....	(299.930)	(308.246)	(226.898)
Federais.....	(234.180)	(241.144)	(189.310)
Estaduais.....	(15.865)	(15.865)	(142)
Municipais.....	(49.885)	(51.237)	(37.446)
Remuneração de capitais de terceiros:.....	(34.657)	(34.864)	(34.973)
Despesas Financeiras.....	(31.673)	(31.880)	(30.303)
Outros.....	(2.984)	(2.984)	(4.670)
Remuneração de capitais próprios:.....	(376.504)	(376.504)	(345.517)
Sobras do exercício retidas.....	(322.783)	(322.783)	(296.721)
Realização da reserva de reavaliação.....	(457)	(457)	(348)
Despesas de juros de capital próprio.....	(53.264)	(53.264)	(48.448)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Contexto operacional da Cooperativa

A Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (doravante denominada Cooperativa, Unimed - BH, Entidade ou Controladora) é uma cooperativa de serviços médicos e hospitalares, constituída em 1º de abril de 1971 por médicos cooperados e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos. É seu objetivo, ainda, a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas. A sua sede é em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, atuando também nos municípios de Baldim, Betim, Barão de Cocais, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Riacho, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

1.1 - Contexto operacional da controlada

A Cooperativa adquiriu o controle de 100% de participação em 01/01/2017 do Hospital Infantil São Camilo (doravante denominada HISC ou controlada), atuando na área de serviços médico-hospitalares. O HISC iniciou suas atividades em 1980 oferecendo serviços de pediatria e cirurgia infantil. Atualmente com 32 especialidades voltadas para o cuidado à criança, se consolidou como referência em atendimento infanto-juvenil em Belo Horizonte. Além das especialidades voltadas para o cuidado infantil, oferece serviços auxiliares de diagnósticos e outros serviços 24 horas, como: cirurgia, laboratório de análises clínicas, radiologia e unidade de internação. Conta com uma estrutura de 106 leitos, sendo 18 ambulatórios, 20 CTIs (Centro de Tratamento e Terapia Intensiva) e 68 para internação.

2 - Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, bem como as interpretações e as orientações emitidas por aquele Comitê.

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 290/12, e seus anexos que instituiu a versão do Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Fiscal em 26 de fevereiro de 2018.

2.1 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, incluindo os ativos adquiridos por combinação de negócios.

a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Resolução Normativa nº 418/16 alterou o modelo de Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde. Não houve modificações relevantes que impactassem de forma significativa as demonstrações financeiras da Cooperativa.

2.2 - Base de Consolidação

Combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido. A contraprestação da aquisição transferida é geralmente mensurada a valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Ágios por Rentabilidade Futura (Goodwill) que surjam nas transações são testados anualmente para perda por redução do valor recuperável e eventuais ganhos quando ocorridos, por compra vantajosa, são reconhecidos no resultado imediatamente. Custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Controladas

A Cooperativa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Cooperativa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

a. Transações eliminadas na consolidação

Transações intragrupos e suas derivações que afetem receitas ou despesas não realizadas são eliminadas.

b. Valor Justo

O valor justo de um ativo adquirido, incluindo ativos intangíveis, para fins de demonstrações financeiras, é definido como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado entre partes interessadas em uma transação na qual ambas possuam conhecimento do ativo e não haja nenhuma razão especial para comprar/vender o ativo. Desta forma, o valor justo não inclui sinergias específicas das quais o atual comprador pode esperar obter com a aquisição, mas poderia incluir sinergias que um participante típico de determinado mercado esperaria obter.

c. Vida Útil

Os ativos intangíveis adquiridos devem ser amortizados seguindo um dos critérios seguintes:

- **Ativos de Vida Definida:** quando é possível atribuir uma vida útil ao ativo, este ativo deve ser totalmente amortizado durante o período de sua vida útil;

- **Ativos de Vida Indefinida:** estes ativos são, ao menos anualmente, sujeitos ao teste de impairment, que consiste numa comparação entre seu valor contábil e seu valor recuperável (valor justo).

- **Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill):** este é um valor não amortizável contabilmente, mas que deve ser testado para impairment ao menos anualmente, baseado no valor recuperável do negócio a que se refere (normalmente o valor recuperável é determinado com base em valor de mercado ou fluxo de caixa descontado).

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

d. Amortização de Ativos Intangíveis

Além do valor, também deve ser indicada a vida útil remanescente destes ativos. A vida útil de um ativo intangível é o período durante o qual se espera que o ativo contribua direta ou indiretamente para os futuros fluxos de caixa da cooperativa.

Ao estimar a vida útil do ativo intangível são analisados alguns aspectos relevantes, com destaque para:

- O uso esperado do ativo intangível pela Cooperativa;
- A vida útil esperada de outro ativo ou grupo de ativos o qual a vida útil do ativo intangível possa se relacionar;
- Disposições legais, regulamentares ou contratuais que podem limitar o máximo de vida útil;
- Os efeitos da obsolescência e fatores econômicos.

2.3 - Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, ou seja, a moeda do principal ambiente econômico no qual esta atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

2.5 - Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data da contratação registrada no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo não circulante, observando o critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.6 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

2.7 - Investimentos em participação de outras entidades

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado, enquanto os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, registrados como instrumentos financeiros do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e estão avaliados ao custo de aquisição. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

2.8 - Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens que compõem o grupo de imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, conforme Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O método de depreciação linear é aplicado a todos os itens que compõem o grupo de imobilizado. A despesa de depreciação é registrada contra o resultado do exercício de acordo com sua estimativa de vida útil. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos estão instalados e prontos para uso. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados anualmente.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. Valor residual de um ativo é o valor que a Cooperativa obterá com a venda do ativo depois de deduzir as despesas de vendas.

A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado foi revisada prospectivamente no ano de 2017 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, as médias de depreciação das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

	Taxa média de depreciação
Edificações	2,31%
Máquinas e equipamentos.....	8,49%
Equipamentos de computação.....	17,02%
Instalações	7,29%
Móveis e utensílios.....	8,05%
Veículos	14,55%
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	2,51%

2.9 - Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil remanescente dos bens do intangível foi revisada, prospectivamente, no ano de 2017 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, a amortização do ativo intangível corresponde a 26,85% em 2017 e 2016.

2.10 – Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.11 – Tributação

2.11.1 – Impostos sobre contraprestações

O PIS e a COFINS são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos principais, auxiliares e não cooperativos, deduzindo-se as responsabilidades cedidas, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzidos das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades, conforme determina a legislação fiscal. Os valores apurados em relação ao ato cooperativo estão sendo questionados judicialmente. Dessa maneira, os montantes devidos são depositados mensalmente em juízo e estão devidamente provisionados no passivo.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 3% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços, conforme Lei Municipal nº 8.725/03.

2.11.2 – Imposto de renda e contribuição social – Correntes

A tributação sobre o resultado contábil dos atos auxiliares e não cooperativos, ajustado pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os resultados que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, reconhecida pelo regime de competência. As inclusões ao resultado de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas na apuração do resultado tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11.3 – Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses

impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos não registrados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo-liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

2.12 – Instrumentos financeiros

2.12.1 – Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos, com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e as taxas ou os custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

c. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.12.2 – Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos, ou contas a pagar, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.13 – Apuração de resultado

São classificadas como “Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde”, o resultado líquido dos ingressos (receitas), acrescidas das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração do resultado pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de resultado em consonância com as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimed) são reconhecidas no momento em que avisadas pelas prestadoras.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado observando-se o regime de competência dos exercícios.

2.14 – Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no art. 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, e, sem essa estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed - BH e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto-socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e das despesas gerais, bem como o faturamento e as demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como se segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo.

- O faturamento em coparticipação e o custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade.

- As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

2.15 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

2.16 – Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na prestação de serviços de operadora de plano de saúde e assistência médica e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.17 – Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Cooperativa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e também não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Resoluções normativas da ANS

- **RN nº 430/2017** – Dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde; altera a Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

- A Cooperativa está avaliando os negócios jurídicos celebrados sob a forma escrita, contemplando os direitos e as obrigações acordados entre operadora contratada e operadora prestadora. Os efeitos das Resoluções Normativas ainda não foram mensurados em suas demonstrações contábeis até a data de publicação.

Lei Complementar 157/2016

Com o advento da Lei Complementar Nº. 157, que promoveu alterações na Lei Complementar n. 116/2003, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o Projeto de Lei Complementar foi aprovado, com ressalva dos vetos do Presidente da República (Veto Nº. 720), em 29 de dezembro de 2016, no dia 30 de maio de 2017 o Congresso Nacional derrubou o veto parcial e estabeleceu nova redistribuição do valor arrecadado com o tributo entre os municípios. Com a derrubada do veto Nº 52/2016, o recolhimento do ISS será feito no município do domicílio dos clientes de cartões de crédito e débito, leasing e de planos de saúde, e não mais no município do estabelecimento que presta esses serviços.

Atualmente, a cobrança é feita no município onde a empresa prestadora do serviço está sediada.

A Cooperativa está avaliando os efeitos da Lei Complementar em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações, cujo efeitos ocorrerão a partir de 2018. Em função da complexidade do número de legislações que

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

abrangem os municípios de atuação do Sistema Unimed, e a recepção na legislação de cada município, eventual impacto nas demonstrações contábeis estão em fase de apuração.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu os seguintes pronunciamentos:

- **CPC 47** – Receita de Contrato com Cliente – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15

- **CPC 48** – Instrumentos Financeiros – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9

- Em conformidade com o Ofício-Circular nº1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPCs.

3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

3.1 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cooperativa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2 – Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.8 e 2.9, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos que são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

3.3 – Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 – Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cooperativa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

O lançamento contábil referente a provisões é efetuado pela essência da operação, o fato de a operadora ter que liquidar uma obrigação, amigável ou judicialmente, não altera o registro contábil no resultado das operadoras, esse conceito é o que preconiza a aplicação da essência econômica sobre a forma jurídica.

A Cooperativa reconhece provisão técnica para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), Benefício Concedido (Remissão) e a Conceder, sendo essa última classificada como Outras Provisões Técnicas. Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

a. Provisões técnicas para benefícios concedido (Remissão)

A Resolução Normativa nº 393/15 determina a constituição da Provisão de benefícios concedidos (Remissão) para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

b. Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente.

A PEONA é estimada com base em triângulos de run-off mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores.

c. Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo art. 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

d. Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde

Correspondem aos valores líquidos a pagar aos médicos cooperados, aos hospitais, aos laboratórios, às clínicas e aos demais conveniados, contemplando o provisionamento dos eventos avisados, independentemente da apresentação do documento fiscal pelo prestador.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

e. Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativas ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, em relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim o cálculo *pro rata* dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

f. Outras Provisões Técnicas

O grupo “Outras Provisões Técnicas” contempla a Provisão de benefícios a conceder (Remissão) que é complementar a Provisão de benefícios concedidos (Remissão), já que, deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício de remissão, para a cobertura, nas condições contratuais pactuadas, dos compromissos assumidos com os beneficiários com direito a tal cobertura. A metodologia de cálculo leva em consideração a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída por falecimento e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por período definido em contrato, uma vez que, estarão isentos do pagamento das contraprestações. Esta provisão foi aprovada pela ANS em 2017.

g. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando uma entidade está sujeita à obrigação legal é improvável que essa obrigação não seja reconhecida nas demonstrações contábeis. Uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

4 - Disponível

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Caixa	56	61	57
Depósitos à vista e aplicações de liquidez imediata	99.827	104.904	146.503
Total do disponível (caixa e equivalentes de caixa)	99.883	104.965	146.560

As disponibilidades são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* AA-, em escala nacional com base na agência de *rating* (Standard & Poor’s) remunerados através de fundos referenciado DI com remuneração média de 100% do CDI, correspondente a 9,91% (13,99% em 2016).

A RN nº 290/12 alterada pela Resolução Normativa nº 418/2016 determinam que as aplicações financeiras devem ser destacadas, independentemente de apresentarem as características definidas pelas práticas brasileiras de contabilidade para enquadramento em “caixa e equivalente de caixa”, quais sejam: prazo de vencimento de até 90 dias, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e visam a atender a compromissos de curto prazo.

5 - Aplicações financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
	Controladora/ Consolidado	Controladora
Circulante		
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a).....	297.487	252.984
Certificados de depósito bancário (CDB) - Livre (a).....	62.861	31.554
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE).....	139.650	39.068
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) (c).....	68.322	-
	568.320	323.606
Não Circulante (b)		
Cotas de Fundos de Investimento de Direitos Creditório (FIDCs) (b).....	79.022	62.511
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE).....	78.325	146.178
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Custodiado (a).....	6.549	7.676
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado (c).....	139.123	70.432
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) Custodiado (b).....	122.738	46.300
	425.757	333.097
Total do Circulante e Não Circulante	994.077	656.703
Indicadores:		
SELIC	10,11%	13,96%
CDI.....	9,91%	13,99%

(a) As cotas de fundos de investimentos de renda fixa e os Certificados de Depósitos Bancário possuem remuneração vinculada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Inexiste na carteira da Cooperativa aplicações em fundos exclusivos.

(b) Os FIDCs referem-se a Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2017, a carteira da Cooperativa possui em sua composição os seguintes FIDCs: Fidic Libra 5, Empírica Sifra Star e BVA Master, possuindo rentabilidade média aproximada de 127% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(c) As LFTs possuem rentabilidade próxima a 100% (2017 e 2016) da variação da SELIC.

Em cumprimento à RN nº 393/15 da ANS, a operadora mantém os respectivos títulos e valores mobiliários registrados como ativos garantidores das provisões técnicas, que representam garantias nos montantes totais de R\$ 520.349 (R\$ 338.696 em 2016), do total provisões técnicas de R\$ 619.036 (R\$ 378.687 em 2016), conforme demonstrado na Nota nº 14. Para fins de demonstrações financeiras, os valores estão registrados líquidos da provisão do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos dessas aplicações.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos do saldo de aplicações financeiras, incluindo período de vencimento e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Controladora/Consolidado	2017					Valor Contábil	Valor justo	Nível Hierarquia
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Título								valor justo
Valor justo por meio do resultado	486.952	81.244	124	-	-	568.320	568.320	
Cotas de fundos de investimentos	297.363	-	124	-	-	297.487	297.487	2
Depósitos a prazo - CDB	42.241	20.620	-	-	-	62.861	62.861	3
Depósitos a prazo - DPGE/LF	79.027	60.623	-	-	-	139.650	139.650	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	68.322	-	-	-	-	68.322	68.322	1
Títulos mantidos até o vencimento....	170.424	66.837	188.496	-	-	425.757	426.546	
Cotas de fundos de investimentos	116.514	-	6.224	-	-	122.738	122.738	2
Depósitos a prazo - CDB	-	4.082	34.054	-	-	38.136	38.280	1
Depósitos a prazo - DPGE/LF	13.427	43.548	68.785	-	-	125.760	126.405	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	40.482	19.207	79.433	-	-	139.123	139.123	1
Total Geral	657.376	148.081	188.620	-	-	994.077	994.866	
						Total do Circulante.....	568.320	
						Total do não Circulante.....	425.757	

Controladora	2016					Valor Contábil	Valor justo	Nível Hierarquia
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Título								valor justo
Valor justo por meio do resultado	279.981	41.631	1.994	-	-	323.606	323.606	
Cotas de fundos de investimentos	250.441	2.543	-	-	-	252.984	252.984	2
Depósitos a prazo - CDB	29.540	20	1.994	-	-	31.554	31.554	2
Depósitos a prazo - DPGE/LF	-	39.068	-	-	-	39.068	39.068	2
Títulos mantidos até o vencimento....	40.677	26.097	266.323	-	-	333.097	325.347	
Cotas de fundos de investimentos	40.677	-	5.623	-	-	46.300	42.124	2
Depósitos a prazo - CDB	-	7.676	10.856	-	-	18.532	19.247	2
Depósitos a prazo - DPGE/LF	-	18.421	179.412	-	-	197.833	192.044	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	-	-	70.432	-	-	70.432	71.932	1
Total Geral	320.658	67.728	268.317	-	-	656.703	648.953	
						Total do Circulante.....	323.606	
						Total do não Circulante.....	333.097	

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 26.

6 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Contraprestação Pecuniária a Receber	70.040	70.039	56.887
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a).....	(16.877)	(16.877)	(15.129)
	53.163	53.162	41.758
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde			
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b).....	45.930	45.924	40.157
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a).....	(2.146)	(2.146)	(1.412)
	43.784	43.778	38.745
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	192	192	274
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a).....	-	-	(95)
	192	192	179
	97.139	97.132	80.682

(a) O montante constituído é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência à saúde. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.6.

(b) As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações com planos de assistência à saúde é o seguinte:

Controladora

	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Contraprestação Pecuniária a Receber	19.097	34.982	11.257	2.718	1.986	70.040
Participação dos Beneficiários	41.011	2.621	992	396	910	45.930
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	174	18	-	-	-	192
	60.282	37.621	12.249	3.114	2.896	116.162

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Contraprestação Pecuniária a Receber.....	19.096	34.982	11.257	2.718	1.986	70.039
Participação dos Beneficiários	41.005	2.621	992	396	910	45.924
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde....	174	18	-	-	-	192
	60.275	37.621	12.249	3.114	2.896	116.155

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

Controladora/Consolidado

	31/12/2016		31/12/2017	
	Saldo inicial	Adição	(Reversão)	Saldo final
Contraprestação Pecuniária a Receber.....	15.129	27.794	(26.046)	16.877
Participação dos Beneficiários	1.412	2.942	(2.208)	2.146
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	95	100	(195)	-
	16.636	30.836	(28.449)	19.023

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 26.

7 - Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Intercâmbio a receber.....	98.166	98.166	102.545
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a).....	(234)	(234)	(4.359)
Operadoras de planos e assistência à saúde	97.932	97.932	98.186
Contas a receber	14.070	19.739	10.084
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a).....	(1.610)	(1.610)	(1.305)
Outros Créditos Operacionais de Plano de Saúde da Operadora (PSO).	12.460	18.129	8.779
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH (Serviço Médico Hospitalar) .	1.657	1.657	1.487
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a).....	(1)	(1)	(577)
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH.....	1.656	1.656	910
Total	112.048	117.717	107.875

(a) O montante total de provisão para perdas, no valor de R\$ 1.845 (R\$ 6.241 em 2016), é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com outras operadoras ou com créditos a receber de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.5.

A variação da conta de Provisão para perdas sobre créditos relacionadas ao intercâmbio, ocorreu em função das regras vigentes no qual a totalidade do contrato é provisionado na existência de pelo menos uma parcela em aberto a mais de 90 dias. Com liquidação da parcela em 2017, e na inexistência de parcelas nesta condição, a reversão foi efetuada.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora é o seguinte:

Controladora

	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde....	81.941	7.355	7.905	800	165	98.166
Outros Créditos Operacionais de PSO.....	11.714	686	474	300	896	14.070
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH.....	969	414	123	151	-	1.657
	94.624	8.455	8.502	1.251	1.061	113.893

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

Controladora/Consolidado

	31/12/2016			31/12/2017
	Saldo inicial	Adição	(Reversão)	Saldo final
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	4.359	1.818	(5.943)	234
Outros Créditos Operacionais de PSO.....	1.305	4.005	(3.700)	1.610
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH.....	577	95	(671)	1
	6.241	5.918	(10.314)	1.845

8 - Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Circulante			
Imposto de renda a compensar (a).....	31.520	31.522	17.223
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar (a).....	4.883	4.883	1.261
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).....	7.985	7.985	3.139
Crédito com Imposto Sobre Serviços (ISS) (b).....	3.374	3.385	754
INSS crédito tributário a compensar (c).....	35.664	35.664	-
Outros créditos tributários.....	790	810	1.005
Total Circulante.....	84.216	84.249	23.382
Não Circulante			
Crédito PIS e COFINS.....	1.361	1.361	3.010
IRRF sobre Aplicações Financeiras.....	5.482	5.482	7.884
Total Não Circulante.....	6.843	6.843	10.894
Total do Circulante e Não Circulante.....	91.059	91.092	34.276

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Referem-se a créditos gerados por antecipações efetuadas por estimativa ao longo do ano (saldo negativo de IRPJ), e na impossibilidade de compensação dentro do próprio exercício, esses créditos passam com os valores em aberto, sendo objeto de compensação no exercício imediatamente subsequente.

(b) A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde 2003, estabeleceu uma regra específica de retenção na fonte do ISSQN, na qual o tomador dos serviços retém o tributo quando o prestador também está estabelecido na própria cidade de Belo Horizonte, independentemente da regra nacional, estabelecida na Lei Complementar nº 116/03, sendo transferida a responsabilidade tributária em casos específicos e enumerados.

(c) Saldo referente a compensação do INSS sobre serviços tomados de cooperativa, art. 22, IV, Lei 8.212/91, ver nota explicativa nº 17, item “d”.

9 - Bens e títulos a receber

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Circulante			
Adiantamento a fornecedores	5.093	5.098	3.021
Antecipação a prestadores de serviços (a)	8.471	8.471	13.610
Adiantamento a outras operadoras - Unimed.....	1	1	2
Estoque de material de uso.....	9.877	11.160	6.827
Cheques em custódia.....	12	12	16
Adiantamento a funcionários	1.295	1.295	1.081
Outros créditos.....	585	585	503
Total Circulante	25.334	26.622	25.060
Não Circulante			
Outros Títulos a Receber	-	559	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos.....	-	(457)	-
Antecipações a prestadores de serviços (a).....	2.419	2.419	4.705
Total Não Circulante	2.419	2.521	4.705
Total do Circulante e Não Circulante.....	27.753	29.143	29.765

(a) Referem-se à antecipação do pagamento da prestação pelos serviços de prestadores da área médica, como clínicas, hospitais e laboratórios, que será descontado da prestação do serviço a pagar, realizáveis até janeiro de 2020, atualizados pela taxa média de 120% da projeção do CDI.

10 - Conta-corrente com cooperados

	31/12/2017	31/12/2016
	Controladora/ Consolidado	Controladora
Saldos ativos		
Adiantamento a cooperados (a).....	24.051	21.938
Total Ativo Circulante	24.051	21.938
Saldos passivos		
Conta-corrente com cooperados.....	1.173	1.615
Total Passivo Circulante	1.173	1.615

(a) Refere-se às contribuições efetuadas pela Unimed-BH a entidades culturais para utilização dos benefícios permitidos pela Lei nº 8.313 (Lei Rouanet), que são descontados do pagamento da produção médica dos médicos cooperados no exercício subsequente.

11 - Investimentos

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Hospital Infantil São Camilo (a).....	21.667	-	88.000
Ágio por rentabilidade futura (goodwill) Hospital Infantil São Camilo.....	19.750	-	-
UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (b)	9.877	9.877	-
Unimed Participações S/A (c).....	114.219	114.219	76.657
Federação Interfederativa das Coop. de Trabalho Médico	7.430	7.430	6.247
Credicom Ltda.	3.839	3.839	2.646
Central Nacional Unimed.....	3.569	3.569	3.569
Unimed Seguradora S/A (d)	12.313	12.313	11.402
Fundo Mútuo de Participações	5.946	5.946	5.946
Outros Investimentos.....	760	766	569
Total dos investimentos	199.370	157.959	195.036

(a) A cooperativa adquiriu 100% das quotas de participação do Hospital Infantil São Camilo em 28 de dezembro de 2016. O controle efetivo da Gestão desse investimento ocorreu em janeiro de 2017. Ver Nota Explicativa nº 20 - Combinação de Negócios.

(b) A Cooperativa adquiriu 50% das quotas de participação da UNIO Soluções em Tecnologia Ltda., tendo objeto social da sociedade a criação, implantação e operação de soluções de sistemas de informação; o licenciamento e a cessão dos direitos de uso de programas de computadores; e o treinamento e consultoria para a implementação e operação de seus produtos e serviços. O Acordo de quotistas e registro da alteração contratual foi protocolado na JUCEES em 26/12/2017.

(c) A Cooperativa tem participação acionária de 13,70% (13,66% em 2016) na Unimed Participações S/A., holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora. A Unimed Participações S/A. dedica-se a representar os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed perante as controladas na condução dos negócios. Anualmente são reavaliados os critérios de influência significativa nas entidades, sendo constatada para este exercício a existência de influência por existência de administradores em comum a partir de 30/05/2017. Assim providenciamos o registro da equivalência patrimonial e a transferência de grupos de contas contábeis em atendimento ao modelo de plano de contas padrão para operadoras de planos de assistência à saúde, vigente pela RN 418/2016.

(d) Novos investimentos foram efetuados na participação acionária da Unimed Seguradora S.A., totalizando 1,70% de participação (1,69% em 2016). A Unimed Seguradora S.A., sociedade de capital fechado, dedica-se à negociação de seguros, sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras do investimento na Unimed

Parcela do balanço da Coligada	31/12/2017		
	Unimed Participações S/A (c)	UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (b)	Hospital Infantil São Camilo
Ativo circulante.....	6.952	1.198	13.843
Ativo não circulante.....	839.394	23.143	13.757
Passivo circulante.....	12.589	552	3.278
Passivo não circulante.....	107	-	2.655
Patrimônio líquido.....	833.650	20.100	21.667
Parcela de receita e lucro da coligada.....			
Receita.....	101.470	77	45.512
Lucro líquido.....	88.547	(326)	5.918
Valor contábil do investimento.....	114.219	9.877	21.667
Adiantamento.....	-	3.463	-
Equivalência patrimonial.....	34.242	(163)	5.918

12 - Imobilizado

Controladora

	31/12/2017			31/12/2016
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos.....	184.754	-	184.754	166.993
Edificações.....	484.257	(52.181)	432.076	390.170
Máquinas e equipamentos.....	75.015	(31.307)	43.708	39.994
Equipamentos de computação.....	23.866	(10.594)	13.272	11.630
Instalações.....	16.692	(4.202)	12.490	11.415
Móveis e utensílios.....	19.020	(6.883)	12.137	10.203
Veículos.....	3.634	(1.761)	1.873	1.525
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	1.680	(432)	1.248	4.871
Imobilizado em construção.....	83.952	-	83.952	43.684
	892.870	(107.360)	785.510	680.485

Consolidado

	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	186.031	-	186.031
Edificações (a) (c).....	495.529	(55.667)	439.862
Máquinas e equipamentos (a).....	76.927	(32.333)	44.594
Equipamentos de computação.....	24.481	(10.958)	13.523
Instalações.....	16.692	(4.202)	12.490
Móveis e Utensílios.....	21.211	(8.518)	12.693
Veículos.....	3.784	(1.911)	1.873
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	1.680	(432)	1.248
Imobilizado em construção (b).....	86.754	-	86.754
	913.089	(114.021)	799.068
	1.826.178	(228.042)	1.598.136

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado no exercício de 2017 da Controladora:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Mais Valia (c)	31/12/2017
Terrenos	166.993	-	-	13.912	3.849	184.754
Edificações (a)	431.020	21	(47)	9.098	44.165	484.257
Máquinas e equipamentos	67.715	6.105	(2.093)	108	3.180	75.015
Equipamentos de computação	19.083	4.209	(4)	16	562	23.866
Instalações	14.820	1.257	(451)	696	370	16.692
Móveis e Utensílios	16.026	1.441	(150)	31	1.672	19.020
Veículos	2.993	641	-	-	-	3.634
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.217	117	(4.654)	-	-	1.680
Imobilizado em construção (b)	43.684	65.233	(1.104)	(23.861)	-	83.952
	768.551	79.024	(8.503)	-	53.798	892.870
Depreciação edificações	(40.850)	(11.331)	-	-	-	(52.181)
Depreciação máquinas e equipamentos	(27.721)	(4.766)	1.180	-	-	(31.307)
Depreciação equipamentos de computação	(7.453)	(3.145)	4	-	-	(10.594)
Depreciação instalações	(3.405)	(940)	143	-	-	(4.202)
Depreciação móveis e utensílios	(5.823)	(1.148)	88	-	-	(6.883)
Depreciação veículos	(1.468)	(293)	-	-	-	(1.761)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.346)	(141)	1.055	-	-	(432)
	(88.066)	(21.764)	2.470	-	-	(107.360)
	680.485	57.260	(6.033)	-	53.798	785.510

(a) As principais adições ocorridas no Ativo Imobilizado em 2017 estão relacionadas à implantação da UTI Coronariana no Hospital Unimed BH, Clínica Oftalmologia na unidade de Contagem, transferência das unidades Inconfidentes e Gonçalves Dias, implementação da capacidade tecnológica e automatização de videoconferência.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Para o imobilizado em construção, o incremento se refere basicamente ao Hospital de Betim com previsão de conclusão em fevereiro de 2019, CPS Barreiro com previsão de conclusão em fevereiro de 2018 e aquisição de imóveis em Belo Horizonte no Horto e Santa Tereza.

(c) As informações sobre mais valia de ativos estão mensuradas na nota explicativa relativa a combinação de negócios nº 20. A taxa de depreciação destes bens segue critério de vida útil revisada por empresa especializada.

13 - Intangível

Controladora

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Software.....	80.047	(57.210)	22.837	20.904
Marca - Hospital Infantil São Camilo (b).....	2.906	(145)	2.761	-
Acordo de Não Competitividade (b).....	2.032	(406)	1.626	-
	84.985	(57.761)	27.224	20.904

Consolidado

	31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software.....	80.135	(57.210)	22.925
Carteira de clientes.....	2.906	(145)	2.761
Programa de promoção da saúde.....	2.032	(406)	1.626
Ágio por rentabilidade futura (goodwill) Aquisição Hospital Infantil São Camilo (b).....	19.750	-	19.750
	104.823	(57.761)	47.062

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível no exercício de 2017 da Controladora:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Mais valia	31/12/2017
Softwares.....	71.171	9.074	(198)	-	80.047
Marca - Hospital Infantil São Camilo (a).....	-	-	-	2.906	2.906
Acordo de Não Competitividade (a).....	-	-	-	2.032	2.032
	71.171	9.074	(198)	4.938	84.985
Amortização software.....	(50.267)	(6.943)	-	-	(57.210)
Amortização da Marca Hospital Infantil São Camilo (a).....	-	(145)	-	-	(145)
Amortização do Acordo de não Competição (a).....	-	(406)	-	-	(406)
	(50.267)	(7.494)	-	-	(57.761)
	20.904	1.580	(198)	4.938	27.224

(a) As informações sobre intangível e sua taxa de amortização estão mensuradas na nota explicativa relativa a combinação de negócios nº 20.

14 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Benefícios a conceder.....	21.955	21.955	18.437
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (c).....	170.355	170.355	126.684
Eventos ocorridos e não avisados PEONA (a).....	93.536	93.536	75.077
Eventos a liquidar (b).....	191.455	189.953	158.489
Outras Provisões Técnicas (d).....	141.735	141.735	-
Total.....	619.036	617.534	378.687
Total circulante.....	392.739	391.237	333.556
Total não circulante.....	226.297	226.297	45.131

a. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A prática contábil para constituição da PEONA está descrita na Nota Explicativa nº 3.4, item "b". O acréscimo no provisionado de R\$ 18.459 reflete o crescimento do custo assistencial, bem como a alteração no comportamento do aviso de eventos durante o exercício de 2017.

b. Provisão de eventos a liquidar de operações com assistência à saúde

A provisão de eventos a liquidar, regulamentada pela RN 393/16, é constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela operadora, observados os seguintes critérios:

- O registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

- A identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou o beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora, que evidencie a realização de procedimento assistencial a beneficiário da operadora.

c. Provisão de eventos a liquidar - SUS

A provisão do SUS, conforme art. 32 da Lei nº 9.656/98, trata do ressarcimento pelas operadoras de acordo com normas definidas pela ANS, os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de setembro de 2011, a ANS publicou a Instrução Normativa (IN) nº 5, que determinou a classificação integral dos montantes provisionados para esses eventos no passivo circulante, independentemente do prazo estimado de liquidação.

A partir de 2016, para os valores que estão garantidos por depósitos judiciais, os registros estão contabilizados como passivo não circulante, em conformidade com o Órgão Regulador. Os valores correspondentes a esses depósitos somam em 2017 a quantia de R\$ 86.019 (R\$ 33.575 em 2016).

d. Outras Provisões Técnicas

A Provisão de benefícios a conceder (Remissão), por ser não obrigatória, constitui o grupo “Outras Provisões Técnicas” e teve metodologia de cálculo, com contabilização imediata, aprovada pela ANS em 2017 de acordo com o Ofício nº: 341/2017/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

e. Ativos garantidores das provisões técnicas

Por determinação da RN nº 392/15, foi solicitado à ANS o registro de vinculação de ativos para garantir as provisões técnicas e a custódia de títulos mobiliários, a seguir demonstrado:

	31/12/2017	31/12/2016
	Controladora/ Consolidado	Controladora
Provisões técnicas com ativos garantidores		
Provisões Técnicas Vinculadas		
Benefícios a conceder (circulante).....	8.203	6.881
Benefícios a conceder (não circulante).....	13.752	11.556
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS.....	84.336	93.109
Provisão do Benefício de Remissão a Conceder - (circulante).....	15.209	-
Provisão do Benefício de Remissão a Conceder - (não circulante).....	126.526	-
PEONA.....	93.536	75.077
Eventos a Liquidar (i).....	87.254	38.356
Total das Provisões Técnicas Vinculadas as Garantias Financeiras.....	428.816	224.979
Provisões Técnicas com Lastro de aplicações financeiras		
Eventos a Liquidar (i).....	190.220	153.708
Total das Provisões Técnicas.....	619.036	378.687
Ativos Garantidores		
Garantia em imóveis (ii).....	29.051	29.925
Aplicações financeiras garantidoras (iii).....	520.349	338.696
Depósito Judicial SUS.....	86.019	33.575
Total dos Ativos Garantidores.....	635.419	402.196

(i) A garantia financeira dos eventos a liquidar corresponde aos valores em aberto e que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios dispostos nas Resoluções Normativas nºs 227/10 e 392/15, que

regulamentam o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde.

(ii) Adicionalmente, em 2012, a Cooperativa encaminhou as certidões de ônus de alguns imóveis de sua propriedade, visando à sua vinculação às provisões técnicas da ANS. Houve deferimento por meio do ofício encaminhado pela ANS nº 171/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS datado de 31 de janeiro de 2013.

(iii) Em atendimento às Resoluções Normativas 392/15 da ANS, a operadora mantém ativos garantidores em aplicações financeiras em contas específicas.

15 - Tributos e encargos sociais a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
	Controladora	Consolidado
IRPJ/CSLL a Recolher.....	-	267
ISSQN a Recolher.....	6.273	6.336
INSS, IRRF e FGTS sobre folha de pagamento.....	8.996	9.416
COFINS e PIS.....	130	187
IR retido na fonte (i).....	78.274	78.285
INSS retido de terceiros a recolher.....	6.353	6.353
Outros.....	3.744	3.933
	103.770	104.777
	94.734	94.734

(i) Trata-se, substancialmente, de retenções na fonte sobre a folha de pagamentos de médicos cooperados.

16 - Empréstimos e financiamentos

Com o intuito de obter recursos para implantação de duas unidades assistenciais e um complexo assistencial e de pesquisa no Município de Belo Horizonte, a Unimed celebrou Contrato de Financiamento perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 185.201 em 18 de maio de 2013. Com garantia para essa captação, a Unimed-BH mantém aplicações financeiras que garantem o valor correspondente a três parcelas, que em 31 de dezembro de 2017 monta a R\$ 9.975 (R\$ 10.894 em 2016). Adicionalmente, foi cedida fiduciariamente em favor do BNDES a totalidade dos direitos creditórios advindos de contratos de prestação de serviços celebrados com determinados clientes da Cooperativa listados em contrato. A instituição financeira responsável pela administração dos recursos é o Banco Santander.

O crédito está sendo disponibilizado parceladamente, mediante prestação de contas, em função das necessidades para realização dos projetos financiados. A amortização dar-se-á em 72 prestações mensais e sucessivas, tendo iniciado o pagamento da primeira parcela em 15 de julho de 2015, com compromisso de liquidação da última parcela até 15 de junho de 2021.

Os juros apurados serão exigíveis trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido de 2013 a 2015, e mensalmente a partir de 15 de julho 2015, inclusive, com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou na liquidação desse contrato. O total dos juros pagos em 2017 foi de R\$ 9.975 e de principal foi R\$ 31.070, totalizando R\$ 41.045 (R\$ 45.145 em 2016) a título de pagamento de financiamentos.

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

O saldo em 31 de dezembro de 2017 referente à parcela de R\$ 108.194, é apresentado conforme abaixo:

	Taxa média a.a.	Controladora/ Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016
Empréstimos e financiamentos			
BNDES.....	7,51%	108.194	139.264
Circulante.....		31.144	31.393
Não circulante.....		77.050	107.871
		108.194	139.264

Cláusulas restritivas

Os financiamentos existentes não possuem cláusulas restritivas relacionadas ao cumprimento de índices econômico-financeiros *covenants*. No entanto, existem determinadas condições não financeiras que são pré-requisitos para que a dívida não seja considerada integralmente vencida e exigível. Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa alcançou integralmente todas as seguintes cláusulas de *covenants* contratuais:

(a) Redução do quadro de pessoal da Cooperativa sem atendimento ao disposto no inciso V da cláusula décima quarta.

(b) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Cooperativa, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

(c) A constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES de acordo com as cláusulas do contrato.

(d) Aplicação dos recursos concedidos pelo BNDES em finalidade diversa da prevista em contrato.

(e) Existência de desembolsos, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que tenha qualquer vínculo com a Cooperativa de modo que se possa identificar que a associação ou fundação é pessoa interposta do referido parlamentar, com fundamento no art. 54, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

A dívida com juros futuros está programada para ser paga conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
	Controladora/ Consolidado	Controladora
2017.....	-	42.630
2018.....	36.817	40.001
2019.....	34.825	37.367
2020.....	33.064	34.653
2021.....	15.865	16.494
Total.....	120.571	171.145

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 26.

17 – Provisões judiciais

A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios

econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a esses processos. Abaixo demonstramos o montante das provisões constituídas e os respectivos montantes depositados em juízo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Processos com depósitos judiciais.....				
COFINS sobre ato cooperativo (a).....	131.292	128.270	131.292	128.270
PIS sobre ato cooperativo (a).....	22.841	22.094	22.841	22.094
Taxa Suplementar de Saúde - ANS.....	25.125	12.595	25.125	12.595
Trabalhista (b).....	10.548	24.239	10.548	24.239
SUS.....	86.019	-	86.019	-
Outros.....	11.836	92	11.839	92
	287.660	187.290	287.663	187.290
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a).....	-	7.518	-	7.518
INSS.....	-	-	-	-
Cíveis.....	-	32.841	-	32.841
Outros.....	-	21.712	-	23.263
	-	62.071	-	63.622
	287.660	249.361	287.663	250.912
			202.388	228.586

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos aos depósitos judiciais e provisões para riscos no exercício de 2017 da Controladora:

	Depósitos judiciais		
	31/12/2016	Adição	Baixa
COFINS sobre ato cooperativo (a).....	111.471	19.821	-
PIS sobre ato cooperativo (a).....	19.620	3.221	-
Taxa Suplementar de Saúde - ANS.....	12.648	13.555	(1.078)
Trabalhista.....	13.305	3.537	(6.294)
SUS.....	33.575	52.675	(231)
Outros.....	11.769	2.961	(2.895)
	202.388	95.770	(10.498)
			287.660

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

A contrapartida do depósito judicial SUS do passivo está sendo mencionada na Nota 14 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

	Provisões judiciais				31/12/2017
	31/12/2016	Adição	Baixa	Mais Valia (*)	
Processos com depósitos judiciais.....					
COFINS sobre ato cooperativo (a).....	108.819	19.451	-	-	128.270
PIS sobre ato cooperativo (a).....	18.933	3.161	-	-	22.094
Taxa Suplementar de Saúde - ANS....	7.323	5.272	-	-	12.595
Trabalhista (b).....	40.285	37.105	(59.386)	6.235	24.239
Outros.....	5.742	-	(5.650)	-	92
	181.102	64.989	(65.036)	6.235	187.290
Processos sem depósitos judiciais					
PIS (a).....	7.291	227	-	-	7.518
INSS.....	2.266	81	(2.347)	-	-
Cíveis.....	31.998	10.508	(9.665)	-	32.841
Outros.....	5.929	59.433	(43.650)	-	21.712
	47.484	70.249	(55.662)	6.235	62.071
	228.586	135.238	(120.698)	6.235	249.361

(*) Mais valia, vide nota explicativa nº 20 referente a combinação de negócios

a. Fiscais

A Cooperativa não provisiona multa sobre os débitos com exigibilidade suspensa, ocorrida antes do início de qualquer procedimento de ofício a ele relativo, por não ser exigida até 30 dias após a data da publicação da decisão judicial que considerar devido o tributo, conforme previsto na Lei nº 9.430/96. As principais provisões constituídas estão abaixo listadas:

As obrigações legais estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, independente do julgamento da perda, uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

PIS e COFINS sobre ato cooperativo

A Receita Federal considera, para efeito da tributação do IR e da CSLL, que as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência desses tributos sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro, mais especificamente sobre os atos cooperativos praticados, não sendo, a princípio, extensivo esse entendimento para o PIS e a COFINS. Foram impetrados os Mandados de Segurança nºs 1999.38.00.035821-3 (COFINS) e 1999.38.00.035820-0 (PIS) visando a suspender a exigibilidade desses dois tributos, quando da pretensão da Receita Federal em efetuar a tributação sobre o resultado do ato cooperativo principal. Os valores estão sendo depositados em juízo e devidamente provisionados pelo fato de serem considerados uma obrigação legal.

b. Trabalhistas

A principal provisão trabalhista constituída refere-se à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho requerendo alteração de conduta da Cooperativa em aspectos de contratação de profissionais de sua

área fim (serviços de saúde), prevendo nos pedidos da respectiva ação aplicação de condenação por dano moral coletivo já tendo sido proferida decisão de 1ª instância acolhendo o pedido, com o valor estipulado em R\$ 20.000. Ante a condenação, em 2015, o valor de R\$ 20.000 foi provisionado. Em 11 de abril de 2016 foi publicado acórdão que reformou a sentença, excluindo da condenação a indenização por danos morais coletivos. Assim, conforme o acórdão, a Cooperativa não tem mais obrigação de pagar a aludida indenização, procedendo com a retirada desse valor da provisão. Contudo, uma vez que o acórdão ainda não transitou em julgado, sendo passível de reforma, a probabilidade de perda da ação encontra-se classificada como possível.

c. Processos avaliados com risco de perda possível

A Cooperativa responde por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujo desfecho é considerado como perda possível e, assim, nenhuma provisão foi constituída. O montante total das ações classificadas como perda possível monta a R\$ 170.183 (R\$ 121.048 em 2016), correspondente a processos trabalhistas, cíveis e outros, avaliados como perda possível por nossos advogados correspondente a 11.060 pedidos (3.603 em 2016).

d. Ativos contingentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa não reconhece em seu balanço ativos contingentes. Conforme aquele pronunciamento, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

No entanto, o CPC 25 determina que ativo contingente seja divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Abaixo listamos o ativo contingente que em 31 de dezembro de 2016 foi classificado como provável e que no ano de 2017 foi reconhecido como crédito.

INSS sobre serviços adquiridos de cooperativas

A Cooperativa impetrou Mandado de Segurança em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Coordenador Geral de Arrecadação e Fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social, em 21 de março de 2000, identificado sob o nº 2000.38.00.007410-5, pleiteando a declaração de inexistência de relação jurídica com o ente tributante em relação à contribuição previdenciária estampada no art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/1991, prevendo a contribuição previdenciária a cargo dos tomadores de serviços de cooperativas de trabalho a uma alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da fatura de prestação de serviços.

Em 8 de novembro de 2000, foi publicada sentença que julgou os pedidos iniciais improcedentes. A Cooperativa interpôs sucessivos recursos, visando à reversão da decisão judicial proferida em primeira instância.

Nesse ínterim, a discussão sobre a inconstitucionalidade do art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212/1991, foi encaminhada ao julgamento no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral do Recurso Extraordinário nº 595838, interposto por Etel Estudos Técnicos Ltda., processo em que a Procuradoria Geral da República opinou pelo provimento do recurso.

Em 23 de abril de 2014, o Plenário do Supremo Tribunal Federal deu provimento ao Recurso Extraordinário nº 595838, reconhecendo a repercussão geral da matéria e declarando a inconstitucionalidade do art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/1991, que prevê a contribuição previdenciária a cargo dos tomadores de serviços de cooperativas de trabalho a uma alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da fatura de prestação de serviços, por contrariar o princípio da capacidade contributiva e representar uma nova forma de custeio da seguridade, pois extrapola as regras constitucionais referentes ao financiamento da seguridade social.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

Dessa forma, em 6 de novembro de 2015, o Mandado de Segurança impetrado pela Cooperativa transitou em julgado, assegurando o direito de a Cooperativa deixar de recolher a contribuição estampada no art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/1991, ao tomar serviços de cooperativas de trabalho e de pleitear a restituição do montante recolhido, em consonância com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 595838, não cabendo mais discussão judicial sobre o tema.

Em dezembro de 2016, o valor principal estimado da ação correspondia a R\$ 111.505, mediante correção pela aplicação da Selic.

Em 2017 a Cooperativa iniciou o procedimento de compensação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. O saldo a compensar em 31/12/2017 atualizado pela Selic corresponde a R\$ 35.664.

18 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social pertencente a 5.681 cooperados (5.623 em 2016) é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$ 62, sendo dividido em quotas-partes de valor unitário igual a R\$ 10,00 (dez reais).

A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização e restituição será sempre escriturado no Livro de Matrícula.

Ao ser admitido na Cooperativa, o associado deverá subscrever, no mínimo, 6.188 quotas-partes no valor correspondente a R\$ 62, e não serão atribuídos juros ao capital social a integralizar.

Juros sobre o capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de dezembro de 2013, ficou estabelecido que a Cooperativa irá remunerar o capital social em 12%, incorporando o valor ao próprio capital social. No entanto, a Lei nº 5.764/71, no §3º, do art. 24, veta às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada. De acordo com a previsão estatutária, a Cooperativa poderá atribuir juros ao capital social integralizado, atendendo à legislação em vigor. Dessa forma, por deliberação da diretoria executiva foram incorporados ao capital social 12% sobre as quotas-partes integralizadas no montante de R\$ 53.264 (R\$ 48.448 em 2016) através de juros sobre capital social.

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última linha do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Dessa forma, a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 12%.

b. Reservas e fundos

O Fundo de reserva legal é constituído através da destinação de 10% das sobras líquidas dos atos cooperativos principais verificadas no encerramento de cada exercício, bem como da reversão dos créditos não reclamados no prazo de cinco anos, de auxílios e doações sem destinação especial e destina-se a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades sociais, sendo indivisível entre os cooperados. Nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa, ela deverá realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco do Brasil, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 5.764/71 e Lei nº 8.029/90.

O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Foram destinados no exercício de 2017, com recursos do FATES, os montantes de R\$ 55.439 (R\$ 55.598 em 2016) que se referem a pagamentos para entidades de classe de médicos cooperados e pagamento de plano de previdência complementar no montante de R\$ 46.200 para os médicos cooperados, conforme item “c - previdência complementar” adiante.

O Fundo Pró-Família é constituído através da destinação de um percentual das sobras líquidas a ser fixado pela Assembleia Geral, bem como através de outras destinações determinadas pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

O Fundo Pró-Família destina-se ao pagamento de benefício aos herdeiros do médico cooperado falecido ou ao próprio médico cooperado que, respeitadas as normas e os critérios definidos no Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pelo Conselho de Administração, requerer sua demissão da Cooperativa em virtude da sua idade e do tempo de cooperativa ou em decorrência de aposentadoria por invalidez permanente.

c. Previdência complementar

Em 2008, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi implantado um plano de previdência complementar para os médicos cooperados da Cooperativa, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. Em 2013, foi aprovada a transferência do plano para o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado que teve a aprovação pela Previc em 2014. Os aportes compreendem o valor de R\$ 46.200 (R\$ 46.587 em 2016).

A Unimed-BH tem como compromisso assumido em Assembleia a revisão da continuidade do administrador do plano de previdência privada a cada cinco anos. O objetivo é validar a segurança e a rentabilidade dos recursos; avaliar a qualidade do atendimento e da prestação de serviços e identificar as oportunidades do mercado para portabilidade.

Inexiste solidariedade entre eles e entre suas respectivas patrocinadoras ou instituidoras.

19 - Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre os atos auxiliares e não cooperativos, no resultado dos exercícios, compreendendo suas alíquotas nominais e efetivas, pode ser demonstrado da seguinte forma:

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações.....	434.917	434.918	375.263	375.263
Participação nas sobras.....	(9.026)	(9.026)	(7.492)	(7.492)
Resultado antes da tributação	425.891	425.891	367.771	367.771
Resultado positivo do ato Cooperativo (i).....	(62.015)	(62.015)	(113.271)	(113.271)
Juros sobre capital social cooperado (ii).....	(62.664)	-	(56.998)	-
Provisão sistema único de saúde.....	35.092	35.092	26.853	26.853
Provisão para contingências.....	(1.492)	(1.492)	826	826
Inovação Tecnológica.....	(1.948)	(1.948)	(882)	(882)
Outras.....	(27.035)	7.540	10.420	10.433
Base de Cálculo.....	305.829	403.068	234.719	291.730
IR / CS.....	74.014	33.209	57.045	26.255
IR / CS Diferidos.....	(2.993)	(1.122)	(9.006)	(3.244)
Efeito líquido registrado no resultado do exercício....	71.021	32.087	48.039	23.011
Alíquota efetiva.....	23%	8%	20%	8%

Consolidado

	31/12/2017	
	IR	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações.....	436.873	436.873
Participação nas sobras.....	(9.026)	(9.026)
Resultado antes da tributação	427.847	427.847
Resultado positivo do ato Cooperativo (a).....	(62.016)	(62.016)
Juros sobre capital social cooperado (b).....	(62.664)	-
Provisão sistema único de saúde.....	35.092	35.092
Provisão para contingências.....	(1.492)	(1.492)
Inovação Tecnológica.....	(1.948)	(1.948)
Outras.....	(27.035)	7.540
Base de Cálculo.....	307.785	405.024
IR / CS.....	75.330	33.849
IR / CS Diferidos.....	(2.993)	(1.122)
Efeito líquido registrado no resultado do exercício....	72.337	32.727
Alíquota efetiva.....	24%	8%

(i) Em conformidade com os arts. 182 e 183 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), a Cooperativa não terá incidência do imposto sobre suas atividades econômicas. Somente pagará o imposto sobre os resultados positivos das operações e das atividades estranhas à sua finalidade. Dessa forma, os resultados dos atos cooperativos que se referem à atividade econômica principal da Cooperativa são excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

(ii) A Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, conforme Nota Explicativa nº 18a.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cooperativa, em consonância com a Resolução nº 998/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC T 19.2, contabilizou o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 62.454 (R\$ 58.403 em 2016), conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
	Controladora/ Consolidado	Controladora
Diferenças temporárias.....	64.271	60.225
Reserva de reavaliação.....	(1.817)	(1.822)
	62.454	58.403

A estimativa de recuperação dos créditos tributários é revisada, no mínimo, anualmente, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e aprovadas pela Administração da Cooperativa. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes às provisões.

c. Lei nº 12.973, de 14 de maio 2014

A partir de 2015, tornou-se obrigatória a aplicabilidade da referida lei, que extinguiu o então Regime Tributário de Transição (RTT). A diferença positiva verificada em 2015 entre o valor de ativo na contabilidade societária e no FCONT foi adicionada na determinação do lucro real na data da adoção inicial.

20 - Combinação de negócios

Em 22 de dezembro de 2016, em sintonia com a estratégia de ampliação dos serviços especializados da Cooperativa, foi firmado contrato de compra de 100% das ações do Hospital Infantil São Camilo. A transferência efetiva das ações formalizou-se pela averbação do livro de transferência de ações em 28 de dezembro de 2016, atribuindo o valor de R\$ 88 milhões. O controle do Hospital Infantil São Camilo se iniciou em 1º de janeiro de 2017.

Contabilmente, o valor pago em 2016 foi registrado como custo de aquisição, naquele momento da apresentação das demonstrações financeiras.

A Cooperativa incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 260 mil referentes a custos de *due diligence* que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado em 2016.

Objetivando o processo de alocação do preço pago, indicando o valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos na aquisição, e artigo 178 da IN 1700 da SRFB, contratamos perito independente para elaboração do laudo, no qual considerou o conceito de valor justo, segundo o qual, o valor de uma empresa, negócio, ativo ou passivo é estimado dentro de um contexto teórico de uma transação não forçada, entre participantes de mercado, em uma certa data. Portanto, a avaliação não levou em consideração premissas de um participante específico de mercado, mas sim de participantes do mercado de modo geral.

Relação dos Ativos Adquiridos e dos Passivos Assumidos

Nas páginas seguintes, serão apresentados os valores contábeis e valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos pela Cooperativa referente ao objeto da aquisição. As estimativas dos valores justos dos ativos

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

e passivos da Adquirida são apresentadas conforme a seguir:

Ativos e Passivos das Adquiridas em R\$ mil	Valor Contábil	Ajuste	Valor Justo
A - Ativos e Passivos Tangíveis	15.749	47.563	63.312
Caixa	2.237	-	2.237
Contas a Receber	4.666	-	4.666
Estoques	804	-	804
Impostos a recuperar	13	-	13
Adiantamentos a Fornecedores	15	-	15
Depósitos judiciais	11	-	11
Investimentos	6	-	6
Ativos fixos líquidos	13.511	53.798	67.309
Fornecedores	(559)	-	(559)
Obrigações Trabalhistas	(1.670)	-	(1.670)
Obrigações Tributárias	(316)	-	(316)
IR a pagar	(368)	-	(368)
CS a pagar	(188)	-	(188)
Parcelamentos de CP	(201)	-	(201)
Outras contas a pagar	(1)	-	(1)
Parcelamentos de LP	(1.293)	-	(1.293)
Provisão de contingências	(918)	(6.235)	(7.153)
B - Ativos Intangíveis	-	4.938	4.938
Marca	-	2.906	2.906
Acordo de Não Competição	-	2.032	2.032
C - Valor Total Alocado (A+B)	15.749	52.501	68.250
D - Preço Pago (100%)	-	-	88.000
E - Parcela do Preço Não Alocada (D-C)	-	-	19.750

A tabela acima mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos assumidos, incluindo os intangíveis e ágio por rentabilidade futura (goodwill): oriundo da transação.

Na data da transação, o Hospital Infantil São Camilo possuía um Patrimônio Líquido de R\$ 15,7 milhões. O preço pago foi R\$ 88 milhões.

Deste valor, R\$ 4,9 milhões foi alocado aos ativos intangíveis identificados e R\$ 47,5 milhões decorre dos ajustes a valor justo de contas de ativo e passivos registradas no balanço patrimonial na data da transação.

Consequentemente, o ágio por rentabilidade futura (goodwill), calculado como a diferença entre o Preço Pago e o Valor Justo dos ativos e passivos tangíveis e intangíveis na data da transação, foi de R\$ 19,7 milhões.

De acordo com o CPC 15, em uma combinação de negócios, todos os ativos e passivos adquiridos, incluindo ágio por rentabilidade futura (goodwill) e outros ativos intangíveis, devem ser registrados a valor justo pela Cooperativa. O valor do preço total da empresa adquirida que excede o valor alocado para os ativos e passivos adquiridos constitui o ágio por rentabilidade futura (goodwill). Portanto, os ativos intangíveis que não poderiam ser avaliados separadamente farão parte do ágio por rentabilidade futura (goodwill).

Avaliação dos Ativos Intangíveis - Marca

Como parte da Transação, os direitos pelo nome comercial HISC foram adquiridos pela Cooperativa, registrado como um ativo intangível. A marca HISC existe a mais de 35 anos e tem grande reconhecimento no estado de Minas Gerais. A Cooperativa planeja, a longo prazo, a migração da marca para Unimed, porém sem uma data especificamente definida.

O valor da Marca HISC foi estimado pelo método "Relief from Royalties". Por este método, o valor da marca é estimado mediante o cálculo do valor presente da geração de caixa futura dos royalties.

Valor Estimado

- O valor do ativo intangível da Marca é R\$ 2.906 mil e a projeção de vida útil é de 20 anos.

Avaliação dos Ativos Intangíveis - Acordo de Não Competição

O Acordo de Não Competição no contrato de compra e venda impede a competição direta dos ex-acionistas do HISC por 5 anos. Entende-se que caso viessem a competir, haveria impacto no fluxo de caixa do negócio.

Para a avaliação deste intangível consideramos potenciais perdas de receita caso a competição ocorresse. O valor é calculado pela diferença entre o fluxo de caixa original (protegido pelo Acordo de Não Competição) e o fluxo de caixa que considera a competição pelo vendedor e respectiva perda de receita (fluxo de caixa sem Acordo de Não Competição).

Valor Estimado

- O valor do intangível resultou em um montante de R\$ 2.032 mil e vida útil de 5 anos.

Ativos tangíveis e passivos assumidos pela Adquirida

Os valores referentes aos ajustes a valor justo no Imobilizado da Adquirida são baseados em laudo emitido por empresa independente.

Os resultados obtidos, de acordo com o laudo emitido, são apresentados a seguir:

Conta Contábil	Saldo Contábil	Valor Justo	Mais Valia
Imobilizado	13.511	67.309	53.798
Provisão de Contingências	(918)	(6.235)	(7.153)

Tendo em vista as normas contábeis seguidas pela Cooperativa, a natureza dos ativos e passivos assumidos na Data-Base, e seu potencial de realização ou valor de transferência, entendemos que os saldos contábeis dos demais ativos tangíveis adquiridos e passivos assumidos da Cooperativa representam adequadamente seus valores justos.

21 - Receitas com operação de assistência à saúde

	Controladora/ Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016
Contraprestações Emitidas	3.757.668	3.304.001
(-) Cancelamentos de Contraprestações	(1.168)	(1.308)
(-) Contraprestações Transferidas	(63.610)	(56.487)
(-) Descontos	(113.540)	(104.849)
Contraprestações Líquidas	3.579.350	3.141.357
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(145.253)	(2.453)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(96.284)	(81.502)
Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde	3.337.813	3.057.402

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

22 - Eventos indenizáveis líquidos

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesa com Eventos	(3.003.657)	(2.985.890)	(2.609.480)
Glosas	40.167	40.167	30.726
Recuperação por Coparticipação.....	269.129	269.129	256.712
Eventos Conhecidos ou Avisados	(2.694.361)	(2.676.594)	(2.322.042)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(18.459)	(18.459)	4.535
Eventos Indenizáveis Líquidos	(2.712.820)	(2.695.053)	(2.317.507)

23 - Resultado com operações não relacionadas com plano de saúde

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde.....	1.779	1.779	1.754
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionados com Plano de Saúde da Operadora	766.611	794.356	631.321
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	22.454	48.587	19.427
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual.....	628.885	628.885	568.324
Outras Receitas Operacionais (a).....	115.272	116.884	43.570
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde.....	(12.801)	(15.733)	(12.607)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(120.605)	(120.605)	(193.904)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.....	(93.589)	(93.589)	(142.976)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(17.576)	(17.576)	(24.712)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde.....	7.312	7.312	5.612
Provisão para Perdas Sobre Créditos.....	(16.752)	(16.752)	(31.828)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora.....	(557.547)	(570.465)	(509.082)
Despesas com Operações de Intercâmbio Eventual.....	(550.865)	(550.865)	(509.082)
Outras Despesas Operacionais	(6.682)	(19.600)	-
Resultado com Operações Não Relacionadas com Plano de Saúde.....	(77.437)	(89.332)	(82.518)

(a) Refere-se substancialmente a créditos tributários oriundos da compensação do INSS (vide nota 17, item "d"), e a reversão de provisões.

24 - Despesas administrativas

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesas com Pessoal Próprio.....	(145.320)	(161.504)	(150.517)
Despesas com Serviços de Terceiros	(51.678)	(53.372)	(49.036)
Despesas com Localização e Funcionamento	(74.735)	(77.327)	(47.487)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(17.275)	(17.285)	(14.076)
Despesas com Tributos.....	(27.833)	(27.971)	(5.980)
Despesas Administrativas Diversas (a).....	(43.195)	(44.392)	(39.664)
Despesas Administrativas.....	(360.036)	(381.851)	(306.760)

(a) Refere-se a gastos relativos a publicações, contribuições e despesas judiciais.

25 - Resultado financeiro líquido

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Receitas Financeiras			
Juros de aplicações financeiras.....	98.834	98.938	108.349
Receitas por recebimentos em atraso	23.037	23.046	24.234
Outras receitas (a).....	55.800	55.921	2.884
Receitas Financeiras	177.671	177.905	135.467
Despesas Financeiras			
Impostos e contribuições sobre transações financeiras	(106)	(106)	(69)
Descontos Concedidos	(9.635)	(9.637)	(7.109)
Juros sobre o Capital Social (Nota 18a)	(62.664)	(62.664)	(56.998)
Encargos sobre tributos	(659)	(815)	(1.421)
Outras despesas	(21.377)	(21.426)	(21.773)
Despesas Financeiras	(94.441)	(94.648)	(87.370)
Resultado financeiro líquido.....	83.230	83.257	48.097

(a) Refere-se basicamente a atualização Selic do crédito tributário oriundo da compensação do INSS (vide nota 17, item "d").

26 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação de tais ativos e

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: i) risco de mercado; ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. A Cooperativa não aplica contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(i) Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Cooperativa que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. O risco atrelado a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos da Cooperativa estão em sua maioria vinculados ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos, aos quais a Cooperativa estava exposta em 31 de dezembro de 2017, foi realizada uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma alta na taxa CDI de 25% e 50%, para passivos financeiros atrelados a taxas variáveis e redução do CDI de 25% e 50%

para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:

Controladora/Consolidado

Risco nas taxas de juros	31/12/2017 (12 meses adiante)		
	Cenário Provável CDI	Cenário Possível CDI	Cenário Remoto CDI
Taxas efetivas.....	9,91%	9,91%	9,91%
Taxas CDI conforme cenários.....	9,91%	7,43%	4,95%
Ativos financeiros atrelados a juros variáveis	994.077	994.077	994.077
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (13,99% a.a.).....	98.513	98.513	98.513
- Conforme cenários de <i>stress</i> (receita financeira).....	98.513	73.885	49.257
Passivos financeiros atrelados a juros variáveis	108.194	108.194	108.194
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (7,51% a.a.).....	8.125	8.125	8.125
- Conforme cenários de <i>stress</i> (despesa financeira).....	8.125	10.156	12.187
Efeito líquido no resultado	-	22.597	45.194

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Cooperativa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Cooperativa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A área operacional analisa e avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em históricos, os projetos individuais são monitorados individualmente visando a manter um nível alto de recebimento dentro dos prazos esperados.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Cooperativa tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de 1ª linha, classificadas em AA+ e AA-, pelas principais agências de *rating*. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2017		31/12/2016
	Controladora	Consolidado	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	99.883	104.965	146.560
Aplicações Financeiras (Nota 5).....	994.077	994.077	656.703
Contas a receber de clientes (Notas 6 e 7)	230.055	235.717	211.434
Outros valores a receber (Nota 9).....	16.581	17.145	21.857
1.340.596	1.351.904	1.036.554	

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

O detalhamento da idade dos principais saldos que compõem o Contas a receber de clientes, bem como a movimentação da provisão para perdas sobre tais valores, está apresentado nas Notas Explicativas n°s 6 e 7.

Outros valores a receber da nota 9, foram ajustados pelas contas de estoque, adiantamento a funcionários e PDD.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Cooperativa. A Cooperativa possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a Cooperativa não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Controladora

31 de dezembro de 2017

	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde.....	17.433	17.433	17.433	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.....	48.195	48.195	48.195	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	103.770	103.770	103.770	-	-	-
Financiamentos.....	108.194	120.571	6.350	30.467	34.825	48.929
Débitos diversos.....	86.575	86.575	84.352	-	-	2.223
Conta-Corrente de Cooperados.....	1.173	1.173	1.173	-	-	-
	365.340	377.717	261.273	30.467	34.825	51.152

Consolidado

31 de dezembro de 2017

	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde.....	17.433	17.433	17.433	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.....	47.926	47.926	47.926	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	104.777	104.777	104.777	-	-	-
Financiamentos.....	108.194	120.571	6.350	30.467	34.825	48.929
Débitos diversos.....	88.839	88.839	86.616	-	-	2.223
Conta-Corrente de Cooperados.....	1.173	1.173	1.173	-	-	-
	368.342	380.719	264.275	30.467	34.825	51.152

Controladora

31 de dezembro de 2016

	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde.....	20.831	20.831	20.831	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.....	47.184	47.184	47.184	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	94.734	94.734	90.144	4.590	-	-
Financiamentos.....	139.264	171.145	7.330	35.300	40.001	88.514
Débitos diversos.....	58.473	58.473	58.473	-	-	-
Conta-Corrente de Cooperados.....	1.615	1.615	1.615	-	-	-
	362.101	393.982	225.577	39.890	40.001	88.514

Os fluxos de entradas (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter

SUMÁRIO

MENSAGEM
DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possui, aproximadamente, 39% (36% em 2016) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

d. Estimativa do valor justo

Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa						
Depósitos à vista e aplicações financeiras.....	99.883	99.883	104.965	104.965	146.560	146.560
Títulos e valores mobiliários.....						
Títulos e valores mobiliários.....	994.077	994.866	994.077	994.866	648.953	648.953
Custo amortizado						
Contas a receber de clientes.....	230.055	230.055	235.717	235.717	211.434	211.434
Outros valores a receber.....	16.581	16.581	17.145	17.145	21.857	21.857
Fornecedores (*).....	414.204	414.204	412.426	412.426	358.752	358.752
Empréstimos.....	108.194	108.194	108.194	108.194	139.264	139.264

(*) Provisão de Eventos a Liquidar para SUS, Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde, Débitos de Operações de Assistência à Saúde, Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS e Débitos Diversos.

Os saldos referentes às aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários são substancialmente correspondentes ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas em sua maioria na variação do CDI.

Os saldos das Contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e adiantamentos de clientes decorrem diretamente das operações da Cooperativa, sendo mensurados pelo custo amortizado, e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os adiantamentos de clientes não estão sujeitos a encargos financeiros.

e. Hierarquia de valor justo

O CPC 46 (Mensuração do valor justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

• **Nível 1** - As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

a que a Entidade possa ter acesso na data da mensuração.

• **Nível 2** - As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo; preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.

• **Nível 3** - As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Entidade.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	Controladora		Consolidado	
	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis
Em 31/12/2017				
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	99.883	-	104.965
Títulos e valores mobiliários.....	425.757	-	425.757	-
Contas a receber de clientes.....	-	230.055	-	235.717
Outros valores a receber.....	-	16.581	-	17.145

Não houve alterações de nível hierárquico no exercício de 2017 em relação a 2016.

f. Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2017 e 2016.

27 - Margem de solvência

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 8.146 fixado na RN nº 209/09 e posteriores alterações, multiplicado pelo fator K = 6,68% que equivale a R\$ 544.

O cálculo efetuado não resultou em valor excedente. Portanto, não há valor a ser garantido, conforme previsto na resolução.

Margem de solvência - Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

(i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 712.956 (R\$ 625.308 em 2016).

(ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

representou R\$ 783.954 (R\$ 707.608 em 2016).

A margem de solvência apresentada é de R\$ 783.954 (R\$ 707.608 em 2016) e o patrimônio líquido ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 1.550.340 (R\$ 1.392.387 em 2016).

A Cooperativa apresenta suficiência tanto para o cálculo do patrimônio mínimo ajustado quanto para a margem de solvência. Dessa maneira, não há necessidade de utilizar o cálculo proporcionalizado a 63,14%, acumulados em dezembro de 2017, conforme disposto pela RN 313/12.

28 - Transações com partes relacionadas

A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed-BH, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, as demais entidades integrantes do Sistema Unimed não são consideradas partes relacionadas.

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

- Contraprestações a receber (ativo) no montante de R\$ 2.408 (R\$ 2.255 em 2016)
- Aplicações financeiras (ativo) no montante de R\$ 32.566 (R\$ 29.221 em 2016)
- Adiantamentos a cooperados (ativo) no montante de R\$ 24.051 (R\$ 21.938 em 2016)
- Eventos indenizáveis a liquidar (passivo) no montante de R\$ 65.690 (R\$ 52.294 em 2016)
- Conta-corrente com cooperados (passivo) no montante de R\$ 1.173 (R\$ 1.615 em 2016)
- Custos e despesas (resultado) no montante de R\$ 1.012.247 (R\$ 948.909 em 2016).

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas em sua controlada (Hospital Infantil São Camilo) compreendem:

Contraprestação Pecuniária a Receber	1
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	6
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com PSO.....	1.771
Participações Societárias - Rede Hospitalar	41.417
Intangível	19.750
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde	1.502
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	269
Débitos Diversos	7
Capital Social	1.500
Reservas de Reavaliação	2.652
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	300
Lucros (Superávits) ou Prejuízos (Déficits) Acumulados ou Resultado.....	17.215
Eventos Conhecidos ou Avisados	17.767
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	17.767

Receitas Patrimoniais 5.918

a. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios de 2017, a remuneração dos administradores da Cooperativa totalizou R\$ 8.388 (R\$ 7.807 em 2016). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa.

29 - Cobertura de seguros

A Cooperativa possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas em seu patrimônio, abrangendo cobertura contra sinistros de incêndio, explosão, danos elétricos, subtração de bens, equipamentos eletrônicos, acidentes provenientes de impactos de aeronaves e veículos e sinistros ambientais.

A apólice é unificada e considera todas as unidades em funcionamento e sua vigência é de 1º de janeiro de 2018 a 1º de janeiro de 2019.

A sua cobertura abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totaliza o montantes de R\$ 585.840, com LMI (Limite máximo de indenização) de R\$ 139.000 que é maior valor em risco das unidades. Os lucros cessantes (despesas fixas) tem cobertura equivalente a R\$ 50.000.

Dr. Samuel Flam
Diretor-presidente

Dr. Luiz Fernando Neves Ribeiro
Diretor Comercial

Dr. Múcio Pereira Diniz
Diretor Administrativo-financeiro

Dr. José Augusto Ferreira
Diretor de Provimento de Saúde

Dr. Paulo Pimenta de Figueiredo Filho
Diretor de Serviços Próprios

Contador

Edson Dimas Frainz
CRC-MG 60984/O-2

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da “Cooperativa” e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à “Cooperativa” e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da “Cooperativa”. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da “Cooperativa” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da “Cooperativa” e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a “Cooperativa” e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Cooperativa” e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Cooperativa” e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Cooperativa” e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da “Cooperativa” a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA

NOSSA UNIMED-BH

NOSSO JEITO DE FAZER

QUEM FAZ A UNIMED-BH

O AMANHÃ

Sobre este relatório

Sumário de Conteúdo da GRI

Demonstrativo Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições estatutárias de “exercer contínua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa”, reunindo-se regularmente ao longo do mandato, atuou “na defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados”.

Para tanto, além das avaliações rotineiras e sistemáticas da demonstração de resultados, movimentações e atividades contábeis e financeiras, procuramos acompanhar, proativamente, as mudanças da Cooperativa, decorrentes de medidas aprovadas em Assembleias Gerais, bem como buscamos esclarecimentos para assuntos que o Conselho Fiscal julgou pertinente.

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed-BH, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes – KPMG, recomendam sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de março de 2018.

Agradecemos aos colaboradores, gestores, superintendentes e diretores da Unimed-BH pelo incentivo e apoio ao Conselho Fiscal no desempenho de suas funções.

A participação dos membros suplentes Dr. Bruno Mello Rodrigues dos Santos, Dr. Carlos Batista Alves de Souza Filho e Dra. Vanessa Peres Felipe, a quem muito agradecemos, foi imprescindível para que chegássemos ao final do mandato com a consciência de ter cumprido o nosso dever.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018.

Andrea Chaimowicz

Nordnei Soares de P. Campos Moreira

Sérgio Coube Bogado Junior